

PROVA ESCRITA DISCURSIVA PROCURADOR MUNICIPAL

DATA: 22/11/2015 – 14 às 18 HORAS

CADERNO DE PROVA

- ❖ Este Caderno de Prova somente deverá ser aberto quando autorizado pelo fiscal.
- ❖ A duração da prova será de 04 (quatro) horas, incluindo o tempo de transcrição das respostas para as folhas de respostas.
- ❖ Antes de iniciar a prova, confira se o este caderno contém quatro questões discursivas e uma peça processual.
- ❖ Será permitido consulta à legislação, desacompanhada de anotação ou comentário. Vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.
- ❖ Não será permitido o empréstimo de material para consulta entre candidatos.
- ❖ O material de consulta será vistoriado antes, ou durante, a realização da Prova Escrita Discursiva, a critério da COPESE.
- ❖ As respostas das questões da prova escrita discursiva deverão ser transcritas para as folhas de respostas, que é o único documento válido para a correção. As folhas de rascunho são de preenchimento facultativo.
- ❖ Não é permitido qualquer tipo de identificação do candidato fora do local apropriado no caderno/folha de respostas.
- ❖ A Prova Discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasura, pelo próprio candidato, à mão, em letra legível com caneta esferográfica de tinta azul-escuro ou preta.
- ❖ Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de respostas da prova escrita discursiva, por erro do candidato, seja qual for o motivo alegado.
- ❖ A Peça Jurídica deverá ser desenvolvida no mínimo em 45 (quarenta e cinco) linhas e no máximo 90 (noventa) linhas.
- ❖ A resposta de cada questão discursiva deverá ser desenvolvida no mínimo em 10 linhas e no máximo em 15 (quinze) linhas.
- ❖ Ao terminar a Prova Discursiva, o candidato entregará ao fiscal da sala todo o material recebido.

NOME COMPLETO (legível ou em letra de forma)

ASSINATURA

INSCRIÇÃO:

Reservado para Copese:

Para as questões de 01 a 04, você deverá discorrer sobre cada caso, em forma de texto, abordando os tópicos apresentados.

01. O Ministério Público do Estado do Piauí moveu ação contra o Município de Bom Jesus para garantir que 234 crianças de 0 a 6 anos frequentem estabelecimento de ensino infantil da rede municipal próximo de suas residências ou em estabelecimento particular às custas do ente municipal. O Poder Judiciário concedeu o pedido liminar do MP e determinou o prazo de 30 dias para cumprimento da decisão. Na situação hipotética, você é Procurador do município, sabe que o município não dispõe de verbas para cumprir a decisão no prazo determinado e nem para pagar a multa estabelecida de R\$ 300,00 dias por criança não atendida.

Tópicos:

- tipo de ação o Ministério Público moveu contra o município;
- medida processual deve ser adotada pela Procuradoria;
- principal tese a ser adotada na defesa do município;
- fundamento legal da tese;
- cabe a alegação de que CF-88 obriga o município a garantir ensino infantil de 0 a 5 anos?

02. Pedro ajuizou ação por danos materiais e morais contra o município de Bom Jesus em razão de acidente de bicicleta provocado por buraco na via pública feita pelo serviço de canalização de água que resultou na morte do seu filho João de 14 anos. Na situação hipotética, você é procurador do município de Bom Jesus e a partir do caso, deverá apresentar:

Tópicos:

- medida processual a ser adotada pelo município;
- principal tese de defesa do município;
- possibilidade de alegar a não existência denexo causal e justificativa;
- caso o município não recorra da decisão, após o prazo recursal, a decisão já seria transitada em julgado? Justifique;
- a possibilidade de alegar a não existência de dano moral.

03. Um Município hipotético lavrou auto de infração contra uma farmácia de manipulação por não recolher ISS. A farmácia de manipulação recolhe ICMS. Com base no fato, discorra:

Tópicos:

- o auto de infração é legal? Justifique;
- ação que cabe ao contribuinte impetrar contra o município;
- o instrumento de defesa do município;
- o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a natureza do conflito;
- por que a matéria foi admitida como repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal;

04. José é servidor do Município de Bom Jesus contratado em regime celetista, goza de imunidade sindical e foi demitido por justa causa sob alegação de falta grave fundado em relatório conclusivo do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado para apurar a falta grave. Sobre tal caso, discorra.

Tópicos:

- a medida o empregador deveria ter tomado diante de falta grave cometida por dirigente sindical;
- o processo administrativo disciplinar cumpre a função do inquérito judicial exigido para o caso?;
- o disposto na súmula 403 do STF no que se refere ao prazo de 30 dias para instauração do inquérito para investigar falta grave?;
- a competência para julgar a demanda do servidor inconformado;
- o tipo de ação o servidor deverá apresentar ao poder judiciário.

Peça

A empresa de Água e Esgotos do Estado projeta realizar obra de saneamento básico em área de preservação permanente do rio Parnaíba e requer o licenciamento ambiental no órgão ambiental estadual. O órgão ambiental expede licença prévia sem exigir EIA-RIMA. O Ministério Público Estadual questiona a licença e a competência em Ação Civil Pública e pede para incluir os órgãos ambientais federal e municipal no polo passivo. Produza a peça cabível ao caso hipotético como procurador do município.

EM HIPÓTESE ALGUMA, SERÁ CONSIDERADA A RESPOSTA NESTE ESPAÇO.

QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

EM HIPÓTESE ALGUMA, SERÁ CONSIDERADA A RESPOSTA NESTE ESPAÇO.

QUESTÃO 03

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 04

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

EM HIPÓTESE ALGUMA, SERÁ CONSIDERADA A RESPOSTA NESTE ESPAÇO.

PEÇA JURÍDICA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

EM HIPÓTESE ALGUMA, SERÁ CONSIDERADA A RESPOSTA NESTE ESPAÇO.

46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS
PARA ESTE ESPAÇO**

Reservado para Copese:

QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS
PARA ESTE ESPAÇO**

Reservado para Copese:

QUESTÃO 03

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 04

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

PEÇA JURÍDICA

Reservado para Copese:

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

PEÇA JURÍDICA

Reservado para Copese:

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA JURÍDICA

Reservado para Copese:

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

